

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma redefine papel do Fisco ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ANFIP

Split payment: o "Pix" da arrecadação ..... 5

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apreensão de canetas emagrecedoras cresce 1.000% em Foz do Iguaçu ..... 6

O LIBERAL - BELÉM - PA - INTERNACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

RETIRADAS - APOSENTADOS ..... 8

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo Lula quer evitar desgaste com fila do INSS e prevê zerar pedidos represados antes das eleições (inss) ..... 9

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Veja o que deve mudar na aposentadoria especial do INSS com nova decisão do STF (Previdência) ..... 11

PORTAL UOL - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

O PIX, ideologia e a desordem internacional ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Penduricalho proibido pelo STF foi pago em SP e custou R\$ 8,3 milhões ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

STF tenta saída para a judicialização na reforma ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
ANFIP

Reforma Tributária: a nova era da CBS e IBS e a nova cultura fiscal (Impostos) ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O dano colateral do Novo Fundeb ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Qual é o tamanho do ativismo fiscal do governo em 2026? ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pela 1a vez, ONS corta geração por excesso de oferta de energia ..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lógica mafiosa das guerras tarifárias de Trump.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Petróleo valorizado e clima vão encarecer preços dos alimentos.....	26
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Com cenário incerto, analistas começam a rever projeções de redução dos juros.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Executivos aposentados ajudam a treinar líderes das novas gerações.....	28
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Renda fixa vive "janela rara" de ganho com Selic a 14,5% e inflação resistente.....	30

# Reforma redefine papel do Fisco

» DENISE ROTHENBURG » ENVIADA ESPECIAL

Belo Horizonte - A implementação da **reforma tributária** está provocando uma verdadeira revolução em diversos setores. E, pelo andar da carruagem, essa mudança radical não será apenas na forma de pagamento dos **impostos**, dentro da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ou na distribuição de suas receitas. Está em curso também uma mudança de cultura dos próprios auditores em relação à forma como lidam com o tema no dia a dia da administração tributária.

O que, até então, era visto como uma "relação de conflito" entre o Fisco e o contribuinte, seguindo o que muitos auditores classificavam como "paradigma do crime" passará a ter foco na orientação aos contribuintes, dentro de um "paradigma de serviços" e de "conformidade tributária" - conceitos detalhados ao longo dos quatro dias de debates e palestras do 10º Congresso Luso-Brasileiro dos Auditores Fiscais, na capital mineira.

As palavras de ordem dos auditores, antes limitadas ao "peguem os sonegadores", passam a incluir a "cooperação" entre os níveis municipal, estadual e federal, entre Fisco e contribuintes e também entre países.

"A relação entre Fisco e contribuinte deve ser pautada pela confiança mútua, pela boa-fé e pelo compliance cooperativo, substituindo progressivamente a lógica do conflito pela da conformidade tributária, com ganhos para a segurança jurídica, o ambiente de negócios e a legitimidade social do sistema tributário" diz a Carta de Belo Horizonte, publicada ao final do Congresso.

O documento estabelece que "a construção de uma nova relação entre Fisco e contribuintes exige o aprofundamento de práticas de conformidade cooperativa, transparência, diálogo institucional e prevenção de litígios, favorecendo um ambiente de maior confiança recíproca".

Na visão dos auditores, essa "nova onda do Fisco", que pretende chegar à sonhada justiça tributária, separa os tipos de inadimplência em três categorias. A pontual, em que o contribuinte, às vezes por esquecimento ou dificuldades de entender, apresenta algum erro nas suas declarações ou

pagamentos; a reiterada, onde deve haver uma atenção maior por parte dos fiscais; e a da

"inadimplência como estratégia de negócio", ou seja, os devedores contumazes, que dificilmente escapam do conflito para resolução de suas diferenças com o Fisco.

Porém, nem tudo são flores nesta fase de transição da reforma, ainda mais num ano eleitoral, em que muitos levam temas técnicos, como o caso da **reforma tributária**, para a arena política. Por isso, além da relação com o contribuinte, é preciso que os técnicos tenham capacidade de separar essas estações,

ainda mais com o país em pleno período de implantação do Comitê Gestor do IBS e dos testes dos dois **impostos** (CBS e IBS), que vão substituir a cesta de **tributos** do consumo.

Nesse sentido, tanto o ex-secretário extraordinário da **reforma tributária** Bernard Appy, quanto o secretário da **Receita Federal**, Ro-binson Barreirinhas, reforçaram a necessidade da cessão de "espaço de poder" por parte dos que atuam nessa seara. Appy foi incisivo: "Não há cooperação possível se as partes não estiverem preparadas para ceder. Cooperação pressupõe ceder algum espaço de poder".

O secretário da Receita considera essa cessão de espaço de poder um ponto-chave da reforma. "Esse é um desafio muito grande. A gente tem uma certa dificuldade de abrir mão daquele espaço. Na cidade de São Paulo, tem um cadastro fiscal, o CCM, Cadastro de Contribuinte Municipal. Há 20 anos, quando eu entrei, perguntei: por que a gente não usa o CNPJ? Eu cadastro aqui, mas, quando tem mais um estabelecimento, como que eu sei qual é o contribuinte? Ah, a gente cruza com o CNPJ. Mas então, por que não fazer direto?" disse. "Não tem muita lógica cada um ter um cadastro. Faz muito mais sentido ter um único", afirmou.

A legislação optou pelo CNPJ como base de cadastro. Mas, mesmo assim, há dificuldades. Segundo Barreirinhas, houve muita discussão sobre como implementar uma única base, houve, inclusive, quem quisesse um cadastro para o estado e outro para o município. "Há um desafio que me parece cultural. Desculpem se eu simplifico, mas cada um de nós precisa se desarmar de preconceitos. Nós temos que desistir de apegos a um sistema que se tornou ultrapassado."

"São mais de 5 mil municípios e 27 unidades da Federação. E tudo isso formado por estruturas que, há

décadas - desde pelo menos os anos 1960 -, aprenderam a tributar isoladamente. Com a autonomia fiscal, você coloca todo mundo na mesma sala para decidir. A gente já sabia que seria um grande desafio, mas eu acredito que estamos enfrentando", completou o secretário da Receita, deixando claro que a mudança de paradigma inclui também a forma como estados e municípios cuidam de suas estruturas fiscais.

\*A colunista viajou a convite da Febrafite

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/06/08/all.pdf>**

# Split payment: o "Pix" da arrecadação

Em meio às mudanças em curso com a **reforma tributária**, auditores fiscais apontam o split payment - sistema de pagamento automático de **tributos** - como uma das principais inovações do novo modelo, em impacto comparável ao que o Pix representou para as transações financeiras no país. "É o processo mais inovador que está sendo trazido para o modelo de arrecadação", comenta a auditora fiscal da Receita Estadual de São Paulo Sheine Leal, especialista nesse assunto.

No modelo atual, o contribuinte apura **tributos** em diferentes entes federados, emite várias guias de arrecadação e realiza o pagamento. Para o Fisco, o processo é simples, apenas receber os valores. Para o contribuinte, a operação é trabalhosa.

Agora, essa complexidade passará para o Fisco. "Para o Fisco, era muito simples, o dinheiro apenas entrava. Agora, o contribuinte fará um único recolhimento. Mas essa complexidade não desaparece por um milagre. Ela foi absorvida pelo governo, mais especificamente pelo Comitê Gestor do IBS, que faz a apuração e a distribuição do dinheiro arrecadado aos estados e municípios competentes", explica.

No novo sistema, haverá duas formas. A primeira é um documento de arrecadação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), semelhante ao modelo tradicional. Assim como a **Receita Federal** tem o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), o CGIBS também terá seu documento de arrecadação.

A outra forma é o split payment, e é aí que mora a inovação e, com ela, os desafios. Tal como o Pix, essa construção partiu do zero e os auditores pretendem vê-la funcionando o mais rápido possível.

A avaliação dos especialistas é a de que o mecanismo auxiliará significativamente no combate à sonegação e na promoção da justiça tributária, ou seja, quem ganha mais paga mais, garantindo recursos para o atendimento da sociedade por meio de políticas públicas.

Em recente estudo sobre justiça fiscal apresentado em São Paulo, chegou-se a uma dívida ativa de R\$ 2 trilhões na esfera federal e de R\$ 457,1 bilhões no estado, valor que supera o dos gastos sociais do país.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (**Anfip**), Maria Aparecida Meloni, anfitriã do

evento, reforça sempre que possível que "não há política pública sustentável sem financiamento adequado, e não há financiamento adequado enquanto bilhões em dívidas forem tratados como negociáveis". O que se espera é que os novos sistemas evitem a reprodução desses elevados volumes de inadimplência no futuro. (DR)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/06/08/all.pdf>

# Apreensão de canetas emagrecedoras cresce 1.000% em Foz do Iguaçu

**DENISE PARO**

Os medicamentos para emagrecer são o novo filão do contrabando que entra pela porosa fronteira de Foz do Iguaçu (PR). Nem mesmo os registros de cigarros e aparelhos celulares contrabandeados cresceram tão rápido quanto os das canetas e ampolas.

Dados da Alfândega da **Receita Federal** de Foz do Iguaçu apontam que a apreensão deste tipo de mercadoria aumentou cerca de 1.000% no período de um ano. Conforme a **Receita Federal**, de janeiro a maio de 2025 foram apreendidas 7.479 unidades do produto. No mesmo período deste ano, o total saltou para 79.837 unidades.

Popularizadas no Brasil, as canetas são adquiridas no Paraguai por um preço 69% menor, o que acaba estimulando a entrada ilegal do produto pelas fronteiras brasileiras. As apreensões, diárias, dispararam depois que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) começou a proibir a entrada no Brasil de algumas marcas deste tipo de medicamento adquirido no Paraguai.

Chefe da Alfândega da **Receita Federal** em Foz do Iguaçu, Cezar Vianna explica que atualmente o trabalho da fiscalização é mais focado em ônibus fretados, que já têm um histórico de ocorrências. "Estou aqui há mais de 20 anos e este incremento de 1.000% nas apreensões em um ano é totalmente atípico", ressalta.

Os medicamentos que chegam ao Brasil hoje são, em sua maioria, ampolas que têm princípios ativos usados para serem aplicados com as canetas.

Pequenas, as ampolas podem ser facilmente ocultadas e trazidas dentro do bolso de calças e escondidas em capacetes, por exemplo. Em paredes de caixas térmicas é possível ocultar até 500 unidades.

Para fazer o produto cruzar a fronteira, a rede de contrabandistas usa diversos artifícios e todos os tipos de veículos possíveis. Os servidores da **Receita Federal** já encontraram as ampolas dentro de potes de doce de leite argentino, escondidas em compartimentos atrás do banheiro e em dutos do ar-condicionado de ônibus. Para a prática da ilegalidade

são usados todos os tipos de veículos, incluindo motocicletas, ônibus de turismo, de linha, carros populares e de luxo, a exemplo de Land Rover, BMW e Mercedes, onde já foram encontradas ampolas escondidas em fundos falsos.

"LARANJAS", FAMÍLIAS E ESTUDANTES. O interesse no produ

to não se restringe às redes de contrabando. Os servidores da **Receita Federal** já abordaram muitas famílias que programam férias em Foz do Iguaçu, cruzam a fronteira com destino ao Paraguai e trazem os remédios nos próprios veículos para depois comercializá-los ou usar para consumo próprio.

Também é comum encontrar as ampolas com brasileiros que estudam Medicina no Paraguai. Como costumam cruzar a fronteira todos os dias, eles aproveitam a viagem para levar o produto para Foz do Iguaçu. Alguns, conforme a Receita, usam dinheiro que ganham para pagar a mensalidade dos cursos.

Há também os "laranjas", que passam diariamente pela Ponte da Amizade, a pé ou de moto, para levar o produto até Foz do Iguaçu. No território brasileiro, ele é entregue a contrabandistas em pontos específicos ou em estacionamentos. Um carregamento de 50 ampolas vale cerca de R\$ 9 mil, mas, quando chega ao Brasil, o preço pode dobrar.

RISCO SANITÁRIO. O que também chama atenção dos servidores da Receita é a condição de transporte, que não respeita as normas sanitárias. O medicamento precisa ser mantido sob controle térmico porque o calor pode comprometer a eficácia. No entanto, no contrabando esta preocupação não existe.

A **Receita Federal** calcula que consegue apreender cerca de 5% do volume de contrabando e descaminho que passa pela fronteira. Os medicamentos retidos são armazenados temporariamente na Alfândega de Foz do Iguaçu até ser concluído o processo administrativo e encaminhado para uma comissão de destruição. Depois, a mercadoria é transportada para Goiás, onde é feita a destruição.

Farmácias paraguaias são alvo de quadrilhas

A proibição da entrada de canetas emagrecedoras

sem aprovação da Anvisa no Brasil fez surgir uma rede de clandestinidade não só para transportar os produtos, mas também na fabricação. No fim de março, proprietários de farmácias e depósitos de Ciudad del Este, no Paraguai, pediram proteção policial para coibir roubos e furtos de quadrilhas que miram os estabelecimentos.

Em maio, a Direção Nacional de Vigilância Sanitária do Paraguai (Dinavisa) chegou a emitir um alerta em relação a medicamentos com os nomes Veltrane, Tirzepatide, Thera Tirzepatide, Tirzepatite Injection e Tirzegen, que não têm registro e podem conter substâncias prejudiciais à saúde. O órgão também destacou que não há informações precisas sobre dosagem e modo de preparo dos produtos.

**ENTRE PAÍSES.** Segundo a Anvisa, nenhum medicamento registrado em outros países pode ser vendido no Brasil. Da mesma forma, medicamentos autorizados no Brasil não estão liberados para circular em outros países.

A Anvisa já suspendeu as importações de diversos tipos de medicamentos e recentemente também emitiu resoluções sobre canetas falsificadas.

Servidora da prefeitura de São Roque é presa com 22 ampolas

A Operação Agulha Oculta, da Polícia Civil paulista, mira um esquema de importação ilegal de versões falsificadas da caneta emagrecedora Mounjaro, trazidas do Paraguai e revendidas em São Roque, a 60 km da capital paulista. Os alvos da investigação são a chefe da Divisão de Serviços Administrativos da prefeitura de São Roque, Ana Laura Esquitini, e o marido dela, Luciano do Espírito Santo, coordenador legislativo da Câmara Municipal da cidade. O "Estadão" pediu manifestação de Ana e Luciano, mas não houve resposta. Ela foi presa na segunda, após policiais encontrarem 22 ampolas de tirzepatida, princípio ativo do medicamento, e solta no mesmo dia após pagar fiança de R\$ 3 mil.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# RETIRADAS - APOSENTADOS

## **EMÍDIO REBELO FILHO**

As retiradas de recursos financeiros do orçamento da **Seguridade Social** pelo instrumento Desvinculação de Receitas da União (DRU) acontecem há mais de três décadas, prejudicando consideravelmente aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), vinculados à **Seguridade Social**. É um malfeito do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que precisa, urgentemente, ser corrigido. A correção desse malfeito está na eliminação da DRU e na aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe da atualização e regularização dos proventos das aposentadorias e pensões de responsabilidade e pagas pelo **INSS**, pendente na Câmara dos Deputados há 17 anos.

## IGUALDADE

O reajuste nos proventos das aposentadorias e pensões tem que ser igual para todos os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O procedimento atual prejudica os segurados que recebem benefício com valor superior ao salário mínimo. É uma discriminação inconcebível conceder aumento diferenciado aos que contribuíram financeiramente para ao saírem do mercado de trabalho serem contemplados com aposentadoria digna e valorizada, conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Capítulo da **Seguridade Social**, artigos 194 a 201, destacando-se o parágrafo 4º do artigo 201 que assegura o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real.

# Governo Lula quer evitar desgaste com fila do INSS e prevê zerar pedidos represados antes das eleições (inss)

**Idiana Tomazelli**

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prevê zerar os pedidos represados no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) até o fim de setembro, às vésperas das eleições presidenciais. É neste prazo que o Executivo calcula eliminar o estoque de requerimentos à espera de análise há mais de 45 dias.

Embora um integrante do governo afirme que não há motivação eleitoral na redução da fila, o mesmo interlocutor reconhece que existe a preocupação de evitar que esse tema seja explorado pela oposição para desgastar a imagem do petista.

A expectativa de auxiliares de Lula é que o escândalo dos descontos indevidos em aposentadorias e pensões seja resgatado por seus adversários na tentativa de minar a reeleição, ainda que o governo já tenha desembolsado R\$ 3,3 bilhões para ressarcir os beneficiários prejudicados.

Por isso, consideram importante e estratégico ter a situação da fila resolvida, numa tentativa de apresentar isso como contraponto durante a campanha.

A fila encerrou o mês de maio com 2,2 milhões de pedidos, dos quais 926 mil estavam dentro do prazo de 45 dias para avaliação do **INSS**. Outros 500 mil dependiam de informações complementares do segurado.

Os requerimentos atrasados estavam em 765 mil -são esses que o governo, de fato, considera fila e pretende zerar em quatro meses.

Em janeiro, quando a fila total alcançou 3,1 milhões de segurados, 1,9 milhão dos pedidos aguardavam resposta havia mais de 45 dias. De lá para cá, o estoque atrasado caiu a uma média de 280 mil por mês.

Mantendo esse ritmo, o governo acredita ser capaz de zerar a fila de espera até o fim de setembro. A quantidade restante seria equivalente ao fluxo de pedidos que entram todo mês e que são analisados

pelos servidores do **INSS**, sem gerar atraso na resposta aos segurados.

A redução da fila virou uma prioridade do governo no início deste ano, após o estoque acumulado de pedidos renovar recordes mês a mês, acima até mesmo dos patamares observados na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), quando alcançou 2 milhões.

Esse quadro acendeu um alerta no Executivo, diante do risco de se tornar um problema para a campanha de Lula, que assumiu o terceiro mandato fazendo fortes críticas à gestão anterior e sob a promessa de zerar a fila.

Em abril, o petista decidiu demitir o então presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior. Ele havia assumido o órgão no fim de abril de 2025, após a deflagração da Operação Sem Desconto, que investiga fraudes nos descontos associativos.

Com o término da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) sobre o esquema, no fim de março, o governo entendeu ser o momento de "virar a página" do escândalo, mudar a gestão e concentrar esforços na redução da fila. Essa é a principal missão da nova presidente do **INSS**, Ana Cristina Viana Silveira, servidora da carreira de analista do seguro social.

Após a troca de comando, o governo abriu o cofre e reforçou os recursos para o pagamento do bônus para servidores do **INSS** e da perícia médica. Eles recebem remuneração extra a cada análise adicional realizada. A medida vem contribuindo para acelerar as concessões de benefícios e reduzir o estoque de pedidos.

Em entrevista coletiva em maio, o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, disse que o governo vai reservar R\$ 300 milhões para o pagamento do bônus até o fim deste ano.

Com a aceleração das análises, as concessões de benefícios também aumentaram. Em março, o **INSS** aprovou 886 mil novos benefícios, uma alta de 54% em relação ao observado em igual mês de 2025. Em

abril, foram mais 739 mil, aumento de 5,7% na mesma base de comparação.

Se por um lado a redução da fila pode ajudar Lula no campo político, em termos fiscais isso representa uma pressão adicional no Orçamento.

Em maio, a equipe econômica precisou anunciar um bloqueio de R\$ 22,1 bilhões nas despesas com custeio e investimentos, para compensar justamente a expectativa de maiores gastos com a **Previdência Social** e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

A medida atingiu ministérios como Defesa, Cidades e Educação, além de travar R\$ 4,6 bilhões em emendas parlamentares, verbas usadas pelos congressistas para irrigar ações em seus redutos eleitorais.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Governo Lula quer evitar desgaste com fila do **INSS** e prevê zerar pedidos represados antes das eleições (**inss**)

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/06/governo-lula-quer-evitar-desgaste-com-fila-do-inss-e-preve-zerar-pedidos-represados-antes-das-eleicoes.shtml>**

# Veja o que deve mudar na aposentadoria especial do INSS com nova decisão do STF (Previdência)

*Luciana Lazarini*

*Cristiane Gercina*

A decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de derrubar a idade mínima e a regra de pontos da aposentadoria especial, criadas na reforma da Previdência, poderá antecipar os planos de aposentadoria de quem trabalha em atividades com exposição efetiva a agentes prejudiciais à saúde.

O julgamento, que reverteu um ponto importante da reforma de 2019, deu vitória aos trabalhadores, mas o processo não acabou, pois ainda cabem embargos de declaração -pedido para esclarecer pontos da decisão- tanto de quem defende os segurados quanto do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), órgão diretamente afetado pelo julgamento.

A corte optou por não mexer no cálculo do benefício estabelecido pela reforma, que resulta em valores menores aos trabalhadores e também manteve a regra que veda a conversão de tempo especial em comum para atividades exercidas após 13 de novembro de 2019, quando a emenda constitucional 103 passou a valer.

O Supremo derrubou a idade mínima da aposentadoria para trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde, fixada pela reforma da Previdência de 2019. Para os ministros, exigir uma idade mínima seria inconstitucional, pois contrariaria a premissa de proteção a esses empregados, obrigando-os a permanecer expostos a agentes prejudiciais à saúde por mais tempo.

Não. O STF manteve o novo cálculo da aposentadoria, que é menos vantajoso que o anterior, e também confirmou a proibição da conversão de tempo especial em comum para atividades exercidas após a reforma de novembro de 2019.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O cálculo segue a regra geral da reforma de 2019: é feita uma média de todos os salários de contribuição ao **INSS** desde julho de 1994. O trabalhador recebe 60% dessa média, com acréscimo de 2% para cada ano que exceder o tempo mínimo de contribuição exigido.

Por enquanto, especialistas recomendam esperar a conclusão do julgamento do STF. As regras do **INSS** ainda não foram alteradas. Os embargos de declaração -recurso contra a decisão- poderão discutir, por exemplo, a partir de que dia a idade mínima deixa de ser exigida, além de detalhes sobre pagamentos de valores atrasados, por exemplo.

Considerando o que foi decidido pelos ministros, voltará a ser exigido apenas o tempo mínimo de contribuição em exposição a agentes nocivos, que varia conforme o grau de risco da atividade:

Antes da reforma da Previdência, o segurado podia pedir o benefício especial ao completar o tempo mínimo de contribuição, sem a necessidade de idade mínima.

Desde que a reforma começou a valer, em 2019, a aposentadoria especial deixou de ser concedida apenas com o tempo mínimo de atividade especial. A regra varia conforme o perfil do trabalhador e a data em que começou a contribuir.

Para quem já estava no mercado de trabalho

Vale a regra da pontuação mínima, que soma a idade com o tempo de contribuição especial na data do pedido. O tempo mínimo em atividade especial varia conforme o grau de exposição da atividade. Na soma, são contados dias, meses e anos.

Para quem entrou no mercado de trabalho após a reforma

Além do tempo mínimo de contribuição, o segurado também tem de atingir a idade mínima exigida conforme o grau de risco ou insalubridade da atividade exercida.

nova decisão do STF (Previdência)

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/06/veja-o-que-deve-mudar-na-aposentadoria-especial-do-inss-com-nova-decisao-do-stf.shtml>**

Com a derrubada da idade mínima para a regra permanente, a transição por pontos também acaba sendo afetada, segundo especialistas. A advogada Adriane Bramante, conselheira da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) e do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) diz que, se a idade mínima foi considerada inconstitucional, a exigência de uma pontuação (soma de idade e tempo de contribuição) da regra de transição perde o sentido, pois nenhum trabalhador precisaria mais esperar atingir determinada idade ou soma de pontos para se aposentar, bastando cumprir o tempo de exposição mínimo exigido conforme a exposição do trabalhador a fatores prejudiciais.

O STF confirmou que a conversão -que garantia um acréscimo no tempo total de contribuição para quem mudava de uma atividade especial para uma comum- só é permitida para o trabalho exercido até 13 de novembro de 2019. O tempo trabalhado em condições especiais após essa data será contado ou para a o benefício especial quando todo do trabalho dor exercido em condições prejudiciais à saúde ou como tempo comum, sem o adicional, caso o segurado opte por uma aposentadoria por tempo de contribuição normal.

O argumento vencedor, defendido pelo ministro André Mendonça e acompanhado pela maioria, afirmou que a regra criava uma "situação de completa injustiça", pois inviabilizava, na prática, a proteção ao trabalhador. O ministro Kassio Nunes Marques disse que a aposentadoria especial não é um benefício por velhice, mas sim baseada no tempo máximo tolerável de exposição ao risco; exigir idade mínima estimularia a permanência perigosa no trabalho. Essa defesa vai ao encontro do que já diziam especialistas. Para a maioria, se a idade mínima permanecesse, a aposentadoria especial deixaria de existir.

Independente da decisão do STF, é indispensável a apresentação de documentos que comprovem a exposição efetiva, habitual e permanente a agentes nocivos. O principal documento é o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), que deve ser emitido pela empresa com base no LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho), elaborado por médico ou engenheiro do trabalho. Caso a empresa tenha fechado, o trabalhador pode tentar usar laudos de colegas de função ou perícia por similaridade. Em geral, a aposentadoria especial é um benefício difícil de se conseguir diretamente no **INSS**. Em 93% dos casos, ela é concedida na Justiça.

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL UOL

Veja o que deve mudar na aposentadoria especial do **INSS** com

# O PIX, ideologia e a desordem internacional

**Pedro Rossi**

Um tweet meu viralizou ao expor uma aparente contradição no ataque americano ao Pix, sistema de pagamentos brasileiro, público e gratuito. Escrevi que "dizer que o Pix gera concorrência desleal é como acusar o SUS de atrapalhar os planos de saúde, a educação pública de incomodar os grupos privados, o **INSS** de concorrer com os fundos de previdência e a moeda estatal de ameaçar os negócios das criptomoedas".

A frase recorre a uma analogia simples para defender a legitimidade do Pix como bem público, comparável ao SUS, à educação pública, ao **INSS** e à própria moeda emitida pelo Estado. O objetivo era evidenciar o absurdo da acusação de que uma infraestrutura pública de pagamentos representaria concorrência desleal. A repercussão, porém, provocou uma reflexão incômoda: e se estivermos diante de uma nova lógica, cada vez mais presente no cenário internacional e no debate doméstico, capaz de normalizar o que antes pareceria absurdo?

Essa lógica pode ter duas dimensões distintas: uma ideológica e outra geopolítica. Do ponto de vista ideológico, ela está associada à radicalização do neoliberalismo e à ascensão de correntes libertárias. A analogia do Pix só funciona para quem reconhece como legítima a presença do Estado na saúde, educação e previdência. Porém, há quem pense que o SUS, a educação pública e o **INSS** não representam conquistas civilizatórias, mas sim formas indevidas de intervenção estatal, e até mesmo quem questione o papel do Estado na gestão de uma moeda nacional.

Vale lembrar que a legitimidade das funções sociais do Estado está constantemente em disputa e pressionada pela atuação de lobbies internacionais e nacionais. De certa forma, quando o Estado presta um serviço público, ocupa um espaço econômico que poderia ser alvo de lucro privado. Onde não há saúde pública, há mais espaços para os planos de saúde, onde a previdência pública é insuficiente, bancos vendem **previdência complementar**, onde não há um sistema de pagamentos público... Dessa forma, o Estado que atende ao interesse público, de fato, concorre com interesses privados. A lógica que ataca o PIX é aquela da supremacia do privado sobre o público. Lógica presente não apenas no discurso de Trump, mas na extrema direita latino-americana, de Milei a Bukele, passando por Bolsonaro.

Mas a questão não é apenas ideológica. Há também uma transformação geopolítica em curso. Durante décadas, a ordem internacional foi organizada em torno de instituições multilaterais, regras compartilhadas e mecanismos de resolução de conflitos. Hoje, observa-se a emergência de uma lógica crescentemente unilateral, baseada na imposição direta dos interesses das grandes potências por meio de coerção, pressão e retaliação. Em outras palavras, o direito internacional é progressivamente substituído pela lei do mais forte.

A ironia histórica é que os Estados Unidos foram, durante décadas, os principais arquitetos e guardiões da ordem do pós-guerra. O afastamento desse modelo não parece expressar uma demonstração de força, mas sim uma reação ao enfraquecimento relativo de sua capacidade de extrair benefícios do sistema que ajudou a construir. Quando as regras deixam de produzir os resultados desejados, cresce a tentação de substituí-las pelo exercício direto do poder.

É nesse contexto que se deve compreender a acusação de que o Pix promove "concorrência desleal". Desleal contra quem? Contra as bandeiras de cartões de crédito que cobram taxas sobre milhões de transações diárias? Contra as Big Techs que enxergam os meios de pagamento como mais uma fronteira para ampliar seu poder de mercado e monetizar dados dos usuários? Sem disfarces, o país que por décadas pregou o livre-comércio passou a utilizar tarifas para fazer valer os interesses de grandes oligopólios.

O continente africano oferece um exemplo revelador do que está em jogo. Onde a bancarização é limitada, Big Techs e operadoras de telecomunicações ocuparam o espaço que o Estado não preencheu. O M-Pesa, no Quênia, tornou-se infraestrutura financeira essencial para dezenas de milhões de pessoas, mas converteu uma necessidade pública em dependência privada. A Meta seguiu o mesmo roteiro com o WhatsApp Pay na Nigéria, Gana e África do Sul. Já na terra do PIX, o Whatsapp pay foi lançado em 2001, mas nem com o Pelé como garoto-propaganda conseguiu se criar.

Nesse sentido, a controvérsia em torno do Pix revela algo mais do que um simples debate sobre meios de pagamento. Ela é resultado de uma nova lógica geopolítica na qual grandes potências utilizam seu poder econômico para defender os interesses de grandes corporações e de uma visão ideológica que

rejeita a provisão pública de bens e serviços.

Mais do que uma plataforma de transferências instantâneas, o PIX é um símbolo que desafia a premissa de que o mercado é mais eficiente na prestação desse tipo de serviço. Além de um símbolo de resistência e de inserção soberana em uma nova ordem internacional ainda em formação.

**Site:** <https://economia.uol.com.br/colunas/pedro-rossi/2026/06/08/o-pix-ideologia-e-a-desordem-internacional.htm>

# Penduricalho proibido pelo STF foi pago em SP e custou R\$ 8,3 milhões

**JULIANO GALISI**

A Procuradoria do Município de São Paulo (PGM-SP) pagou, por 11 meses, uma indenização aos seus servidores por "acúmulo de acervo", ou seja, de tarefas. Segundo a regulamentação do benefício, há mais de 70 formas de fazer jus à vantagem, uma amplitude que, na prática, torna a maioria dos procuradores da capital paulista elegível a recebê-la. O penduricalho custou R\$ 8,3 milhões de junho de 2025 a abril de 2026.

Embora vedado pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de março que limitou o pagamento de verbas extras para funcionários públicos, a Procuradoria

paulistana não esclareceu se suspenderá o benefício. Um procurador de São Paulo já ganha mais que o próprio prefeito. O salário do chefe do Executivo municipal, Ricardo Nunes (MDB), é de R\$ 39 mil, em valores brutos, enquanto os rendimentos de um procurador do município vão de R\$ 44,2 mil a R\$ 46,3 mil - o mesmo que um ministro do STF, cujo vencimento é o teto salarial dos funcionários públicos.

O "acúmulo de acervo" dos procuradores dá direito a dias de folga. No entanto, há um limite de dias que podem ser utilizados dessa forma, e a legislação prevê que folgas não fruídas serão convertidas em dinheiro. Cada dia de folga equivale a R\$ 1,4 mil indenizados. O pagamento é recebido sem incorporação aos salários, turbinando o rendimento líquido dos procuradores.

O benefício é bancado pelo Fundo Especial de Despesas da Procuradoria, cuja receita provém, entre outras fontes, de honorários de sucumbência, que são os valores pagos pela parte perdedora de um processo aos advogados da parte vencedora.

Em nota, a Procuradoria de São Paulo alegou que, por ser pago por honorários, não houve "qualquer impacto ao orçamento municipal". "O chamado acúmulo de acervo, previsto em lei, não é automático nem contínuo, sendo concedido apenas em casos de efetivo aumento de carga de trabalho e de responsabilidade, prática que também ocorre em outras carreiras jurídicas do setor público", disse a PGM-SP.

**FUNÇÕES.** A Procuradoria também afirmou ser "incorreta" a informação de que há ampla elegibilidade de servidores ao benefício. A alegação vai de encontro aos registros do próprio órgão: em dezembro de 2025, por exemplo, a PGM-SP indenizou 396 dos 404 procuradores por "acúmulo de acervo". As verbas variaram de R\$ 5,3 mil a R\$ 32,5 mil. Na ocasião, o servidor que recebeu o maior valor somou o extra de R\$ 32,5 mil aos R\$ 45,4 mil de remuneração ordinária. Criado em dezembro de 2023, o benefício só foi regulamentado em junho de 2025. Naquele mês, o órgão estabeleceu que 20 funções tornariam o servidor apto ao recebimento da vantagem.

Desde então, a PGM-SP ampliou em mais de três vezes a quantidade de tarefas consideradas como "acúmulo de acervo". No total, 74 funções foram classificadas assim, como o exercício de cargos de chefia, participações em conselhos e comitês do órgão e atividades no Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria.

Em março, STF vedou o pagamento da "licença compensatória" a magistrados e membros do Ministério Público, estendendo o efeito da decisão para advogados públicos, membros de Tribunais de Contas e de Defensorias Públicas. A medida afeta a Procuradoria de São Paulo, mas o órgão não informou se cessará o pagamento da verba.

Para o advogado e professor Vitor Barretta, especialista em direito administrativo, a tese do STF sobre penduricalhos é expressa ao proibir a "licença compensatória", tal como é clara a extensão dos efeitos da decisão à advocacia pública, na qual se encontram as procuradorias municipais.

"A única questão jurídica é que, para aqueles que estão dentro do processo em que o ministro Flávio Dino tomou a decisão, a aplicação é automática. Para os demais, deve haver uma provocação", disse o professor.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# STF tenta saída para a judicialização na reforma

**Marcela Villar**

Os novos **tributos** sobre o consumo começam a ser cobrados no ano que vem, mas ainda não há definição sobre como o Judiciário vai lidar com os litígios envolvendo o Imposto e a Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS, respectivamente) - é a "**reforma tributária** esquecida", como definem juristas. Pela regra atual, o IBS ficaria com a esfera estadual e a CBS com a federal. Porém, especialistas dizem que essa segregação pode acarretar decisões díspares, para **tributos** que deveriam ser gêmeos, e demorar para **haver** uma uniformização da jurisprudência.

Por isso, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou a frente do debate e montou um grupo de estudos para pensar em soluções. A Corte abriu a possibilidade de envio de sugestões por entidades da sociedade civil, inclusive de outros tribunais. Até o prazo final, 30 de maio, 41 instituições apresentaram múltiplas propostas, ainda não analisadas. Agora, será selecionado um grupo de especialistas para pensar na melhor saída. A expectativa é de conclusão até o final do ano - de preferência, antes das eleições, em outubro.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), por exemplo, ressaltou a importância de se aproveitar a estrutura já existente e propôs que a ação possa ser ajuizada no município do contribuinte, para facilitar o acesso à Justiça. "Criar uma estrutura nova implica custo. E o Judiciário já não tem um custo barato. Aqui em São Paulo há câmaras que só julgam **tributos** municipais, como ISS e IPTU. Talvez possamos fazer ajuste em razão da nova competência", diz o vice-presidente do TJSP, desembargador Luís Francisco Aguilár Cortez.

Na visão dele, a adaptação das câmaras seria um bom caminho para evitar a pulverização, além de facilitar o acesso à proteção judicial para municípios e empresas pequenas. "É mais fácil a pessoa litigar no seu domicílio do que ter que buscar uma outra instância, uma outra Corte, um outro juiz", afirma.

Depois, diz o vice-presidente, "o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai dar a última palavra, quando chegar até ele". Essa solução, acrescenta, seria mais simples, pois não dependeria de emenda constitucional, e sim de normas internas dos próprios tribunais ou do

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A proposta destoa da feita pelo grupo do CNJ, no ano passado, de haver uma justiça à parte para tratar só do IBS e CBS, com composição mista (juízes federais e estaduais) e atuando de forma virtual. A iniciativa, ainda na gestão do ministro Luís Roberto Barroso, foi apresentada como anteprojeto para o senador Rodrigo Pacheco (PSB-MG), mas não foi para frente.

Segundo Barroso, a ideia não geraria custos adicionais. "É um pouco como funciona a Justiça Eleitoral. Ele é juiz estadual e juiz eleitoral. É o mesmo juiz que tem duas funções. Dependendo do volume, o juiz estadual ou federal pode ficar alocado exclusivamente para essa jurisdição tributária. Se o volume não for grande, ele vai ter sua lotação física e a lotação virtual", disse o ex-ministro ao Valor, em evento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que se discutiu o tema.

Essa estrutura seria composta por primeira e segunda instâncias - valeria como um tribunal. "Se houver divergência entre turmas, haveria um colegiado unificador. Dele não virá divergência. Mas sempre caberá recurso especial [ao STJ] ou extraordinário [ao STF]", explicou Barroso.

Essa sugestão foi criticada pelo STJ, em relatório sobre os impactos da **reforma tributária** no Judiciário, de abril de 2025. "A criação de colegiados virtuais de julgamento formados por juízes federais e estaduais não tem base nas normas sobre a cooperação judiciária nacional. Sua adoção tornaria o sistema judicial mais complexo e intrincado e não apresentaria ganhos dignos de nota", diz.

O STJ também não viu com bons olhos a outra proposta trazida pela doutrina de tudo ser julgado pela Justiça Federal, pois poderia sobrecarregá-la. O melhor caminho, na visão do tribunal superior, é o de definir alçadas - créditos de maior valor ficariam na Justiça Federal e os de baixo e médio valor na Justiça Estadual.

Para o STJ, a vantagem seria a de concentrar a cobrança em um só processo, com apenas um ente representando os demais, e de diluir a litigância entre as esferas federal e estadual. Algo semelhante foi feito com ações envolvendo o Sistema Único de Saúde

(SUS), em que foram estabelecidas faixas para definir a representação judicial do Poder Público (Tema 1234). Se prevalecer essa hipótese, um "marco legal" precisaria ser definido.

O vice-presidente do TJSP pondera, porém, que essa ideia desconsidera o peso que o ISS e ICMS - a ser substituídos pelo IBS - e a CBS terão para cada ente federativo. "Se analisar balanço de Estados, de municípios e da própria União, a contribuição tem um peso menor na arrecadação total da União, do que o ICMS, no Estado, e o ISS para algumas prefeituras. Então, parece que o potencial econômico de maior litigância está mais concentrado nos entes estaduais e municipais, até pelo número maior", afirma.

O Supremo, através do Centro de Estudos Constitucionais (CESTF), dirigido por Fernando Scaff, terá a missão de condensar todas essas ideias, receber novas e tentar trazer uma solução. "Podemos chegar à conclusão de que não há saída processual e aí fica como está", diz. Mas também pode nascer um esboço a ser apresentado ao Congresso - uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei ou memorandos de orientação entre a advocacia pública. "A ideia do estudo é ter como resultado um grande mapa do que pode sair como alternativa. Ninguém tem isso pronto."

O mundo ideal, acrescenta, "seria ter um Judiciário unificado para decidir sobre IBS e CBS. Mas dá para fazer isso? Não sei. Isso deveria ter sido estudado quando fizeram a **reforma tributária**, mas ficou como a **reforma tributária** esquecida, se preocuparam com a **dinâmica** e ninguém olhou para o Judiciário", afirma Scaff. A meta, segundo ele, é apresentar o resultado antes das eleições. "Não sei o que será feito pelo Legislativo, mas da nossa parte estará pronto."

O secretário municipal da Fazenda de São Paulo, Luis Felipe Vidal Arellano, vice-presidente do Comitê Gestor do IBS, diz que o órgão tem acompanhado as discussões, mas não tem competência para sugerir a nova regra. "Dependendo do modelo que for proposto, exigiria uma mudança constitucional. Naturalmente, quem seria o mais legitimado para propor uma alteração dessa natureza seria o próprio Poder Judiciário, para ser discutido no Congresso Nacional e aprovado na forma de uma emenda constitucional", afirma.

Na visão de Arellano, há uma preocupação de trazer celeridade na uniformização da jurisprudência. "Isso não significa, necessariamente, federalizar o processo ou tratar tudo na Justiça Estadual, isso não resolve o problema."

Ele também lembra que esse problema da

uniformização não é novo e não surgiu com o IBS. "Quando uma empresa entra na Justiça Federal de São Paulo para discutir uma questão de PIS e Cofins, que é nacional, pode obter uma decisão diferente da concedida pela Justiça Federal do Mato Grosso. Então, não é um problema exatamente novo que apareceu com o IBS", afirma.

Para o diretor jurídico da Fiesp, Helcio Honda, não seria um problema o julgamento ocorrer virtualmente. "A evolução para o mundo digital já é uma realidade, até nos tribunais. Todos os processos já são digitalizados e é uma evolução. Claro que o contato humano sempre vai ser necessário em casos mais complexos, mas hoje é uma realidade, até no Supremo, com as audiências virtuais."

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Reforma Tributária: a nova era da CBS e IBS e a nova cultura fiscal (Impostos)

**Denise Rothenburg +**

Belo Horizonte - A implementação da **reforma tributária** está provocando uma verdadeira revolução em diversos setores. E, pelo andar da carruagem, essa mudança radical não será apenas na forma de pagamento dos **impostos**, dentro da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), ou na distribuição de suas receitas. Está em curso também uma mudança de cultura dos próprios auditores em relação à forma como lidam com o tema no dia a dia da administração tributária.

O que, até então, era visto como uma relação de conflito entre o Fisco e o contribuinte, seguindo o que muitos auditores classificavam como paradigma do crime, passará a ter foco na orientação aos contribuintes, dentro de um paradigma de serviços e de conformidade tributária - conceitos detalhados ao longo dos quatro dias de debates e palestras do 10º Congresso Luso-Brasileiro dos Auditores Fiscais, na capital mineira.

As palavras de ordem dos auditores, antes limitadas ao peguem os sonegadores, passam a incluir a cooperação entre os níveis municipal, estadual e federal, entre Fisco e contribuintes e também entre países. A relação entre Fisco e contribuinte deve ser pautada pela confiança mútua, pela boa-fé e pelo compliance cooperativo, substituindo progressivamente a lógica do conflito pela da conformidade tributária, com ganhos para a segurança jurídica, o ambiente de negócios e a legitimidade social do sistema tributário, diz a Carta de Belo Horizonte, publicada ao final do Congresso.

O documento estabelece que a construção de uma nova relação entre Fisco e contribuintes exige o aprofundamento de práticas de conformidade cooperativa, transparência, diálogo institucional e prevenção de litígios, favorecendo um ambiente de maior confiança recíproca.

Na visão dos auditores, essa nova onda do Fisco, que pretende chegar à sonhada justiça tributária, separa os tipos de inadimplência em três categorias. A pontual, em que o contribuinte, às vezes por esquecimento ou dificuldades de entender, apresenta algum erro nas suas declarações ou pagamentos; a reiterada, onde deve haver uma atenção maior por parte dos fiscais; e

a da inadimplência como estratégia de negócio, ou seja, os devedores contumazes, que dificilmente escapam do conflito para resolução de suas diferenças com o Fisco.

Porém, nem tudo são flores nesta fase de transição da reforma, ainda mais num ano eleitoral, em que muitos levam temas técnicos, como o caso da **reforma tributária**, para a arena política. Por isso, além da relação com o contribuinte, é preciso que os técnicos tenham capacidade de separar essas estações, ainda mais com o país em pleno período de implantação do Comitê Gestor do IBS e dos testes dos dois **impostos** (CBS e IBS), que vão substituir a cesta de **tributos** do consumo.

Nesse sentido, tanto o ex-secretário extraordinário da **reforma tributária** Bernard Appy, quanto o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, reforçaram a necessidade da cessão de espaço de poder por parte dos que atuam nessa seara. Appy foi incisivo: Não há cooperação possível se as partes não estiverem preparadas para ceder. Cooperação pressupõe ceder algum espaço de poder.

O secretário da Receita considera essa cessão de espaço de poder um ponto-chave da reforma. Esse é um desafio muito grande. A gente tem uma certa dificuldade de abrir mão daquele espaço. Na cidade de São Paulo, tem um cadastro fiscal, o CCM, Cadastro de Contribuinte Municipal. Há 20 anos, quando eu entrei, perguntei: por que a gente não usa o CNPJ? Eu cadastro aqui, mas, quando tem mais um estabelecimento, como que eu sei qual é o contribuinte? Ah, a gente cruza com o CNPJ. Mas então, por que não fazer direto?, disse. Não tem muita lógica cada um ter um cadastro. Faz muito mais sentido ter um único, afirmou.

A legislação optou pelo CNPJ como base de cadastro. Mas, mesmo assim, há dificuldades. Segundo Barreirinhas, houve muita discussão sobre como implementar uma única base, houve, inclusive, quem quisesse um cadastro para o estado e outro para o município. Há um desafio que me parece cultural. Desculpem se eu simplifico, mas cada um de nós precisa se desarmar de preconceitos. Nós temos que desistir de apegos a um sistema que se tornou ultrapassado.

São mais de 5 mil municípios e 27 unidades da Federação. E tudo isso formado por estruturas que, há décadas - desde pelo menos os anos 1960 -, aprenderam a tributar isoladamente. Com a autonomia fiscal, você coloca todo mundo na mesma sala para decidir. A gente já sabia que seria um grande desafio, mas eu acredito que estamos enfrentando, completou o secretário da Receita, deixando claro que a mudança de paradigma inclui também a forma como estados e municípios cuidam de suas estruturas fiscais.

Split payment: o Pix da arrecadação

Em meio às mudanças em curso com a **reforma tributária**, auditores fiscais apontam o split payment - sistema de pagamento automático de **tributos** - como uma das principais inovações do novo modelo, em impacto comparável ao que o Pix representou para as transações financeiras no país. É o processo mais inovador que está sendo trazido para o modelo de arrecadação, comenta a auditora fiscal da Receita Estadual de São Paulo Sheine Leal, especialista nesse assunto.

No modelo atual, o contribuinte apura **tributos** em diferentes entes federados, emite várias guias de arrecadação e realiza o pagamento. Para o Fisco, o processo é simples, apenas receber os valores. Para o contribuinte, a operação é trabalhosa.

Agora, essa complexidade passará para o Fisco. Para o Fisco, era muito simples, o dinheiro apenas entrava. Agora, o contribuinte fará um único recolhimento. Mas essa complexidade não desaparece por um milagre. Ela foi absorvida pelo governo, mais especificamente pelo Comitê Gestor do IBS, que faz a apuração e a distribuição do dinheiro arrecadado aos estados e municípios competentes, explica.

No novo sistema, haverá duas formas. A primeira é um documento de arrecadação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), semelhante ao modelo tradicional. Assim como a **Receita Federal** tem o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), o CGIBS também terá seu documento de arrecadação.

A outra forma é o split payment, e é aí que mora a inovação e, com ela, os desafios. Tal como o Pix, essa construção partiu do zero e os auditores pretendem vê-la funcionando o mais rápido possível.

A avaliação dos especialistas é a de que o mecanismo auxiliará significativamente no combate à sonegação e na promoção da justiça tributária, ou seja, quem ganha mais paga mais, garantindo recursos para o atendimento da sociedade por meio de políticas

públicas.

Em recente estudo sobre justiça fiscal apresentado em São Paulo, chegou-se a uma dívida ativa de R\$ 2 trilhões na esfera federal e de R\$ 457,1 bilhões no estado, valor que supera o dos gastos sociais do país.

A presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais (**Anfip**), Maria Aparecida Meloni, anfitriã do evento, reforça sempre que possível que não há política pública sustentável sem financiamento adequado, e não há financiamento adequado enquanto bilhões em dívidas forem tratados como negociáveis. O que se espera é que os novos sistemas evitem a reprodução desses elevados volumes de inadimplência no futuro.

\*A colunista viajou a convite da Febrafite

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2026/06/7436241-reforma-tributaria-a-nova-era-da-cbs-e-ibs-e-a-nova-cultura-fiscal.html>

# O dano colateral do Novo Fundeb

Um estudo publicado no blog do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) apresentou um diagnóstico intrigante do impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) sobre o perfil dos professores. Criado para incrementar a remuneração e valorizar os docentes, o Fundeb pode ter tido um efeito colateral adverso, impulsionando uma espécie de precarização do magistério nas redes municipais, com o incentivo da contratação de professores temporários.

Os pesquisadores Rafael Barros Barbosa, Antonia Amanda Araujo e Yves Miguel Barbosa Sousa, com base em dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), associam o aumento da contratação dos temporários à entrada em vigor das regras do chamado Novo Fundeb, em 2021. Naquele ano, ficou determinado que a complementação da União para abastecê-lo, então de 10%, subiria de maneira gradual até chegar a 23% este ano. Já o montante dos recursos recebidos pelos prefeitos que devem ser gastos com a remuneração dos professores passou de 60% para 70%.

Desde então, o número de professores temporários só cresceu, saltando de 296 mil para 471 mil, uma alta de 58% em apenas três anos. Para Barbosa, Araujo e Sousa, embora mais análises sejam bem-vindas para explicar o fenômeno, esse recente movimento não é aleatório: trata-se de uma decisão política. Como são obrigados a gastar mais com remuneração, aos prefeitos não restou alternativa a não ser contratar professores temporários para evitar o aumento dos gastos permanentes, como os reajustes de salários e a contratação de professores efetivos.

Os gestores públicos municipais, a bem da verdade, estão certos, haja vista que o Fundeb é uma cesta composta por **impostos** cíclicos, como o ICMS, o IPVA e o IPI-Exportações, cuja arrecadação depende do vigor da economia. Ou seja, se a atividade econômica se retrai, as receitas caem. Logo, aumentar os salários dos professores já contratados ou contratar novos professores efetivos são decisões de elevado risco, e, para os gestores públicos, nada melhor do que a prudência com os gastos públicos, comprometendo-se com a responsabilidade fiscal.

De um lado, há uma legítima preocupação com as contas públicas e, de outro, há a necessidade de oferecer educação básica de qualidade. E a

contratação de professores temporários em nada ajuda. Ao contrário: esses profissionais têm formação de baixa qualidade, são menos experientes, não criam vínculos com a comunidade escolar e não executam o projeto pedagógico de forma continuada. E tudo isso prejudica o nível de aprendizagem dos alunos.

Os achados de Barbosa, Araujo e Sousa revelam um dilema: uma política pública mal desenhada pode degradar, em vez de melhorar, a educação básica no Brasil. Novos estudos podem indicar a solução do problema, mas o que já se pode afirmar é que políticas públicas devem ser elaboradas com base em evidências, para que sejam eficazes, e estar sujeitas a constantes revisões, para que sejam corrigidas. E, ao que tudo indica, o Novo Fundeb precisa de ajustes urgentemente.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Qual é o tamanho do ativismo fiscal do governo em 2026?

O governo intensificou o uso de medidas de expansionismo fiscal desde meados do ano passado, com impactos que superam R\$ 200 bilhões neste ano. Há iniciativas de caráter financeiro, extraorçamentário e mesmo primário que não impactam o teto de gastos do arcabouço, mas todas afetam a dívida pública, já em trajetória de alta forte, superando 80% do **PIB** no caso do endividamento bruto. Ao mesmo tempo, há uma busca por aumento de receitas, em vários casos por meio de **tributos** regulatórios que prejudicam a produtividade da economia, aponta o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper, responsável por essas avaliações e estimativas, em nota para a XP Investimentos.

Com a proximidade das eleições, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva investe pesado no ativismo fiscal. Num cenário em que a alta dos preços do petróleo pressiona a **inflação**, o expansionismo das contas públicas é mais um fator a dificultar a queda da Selic, hoje em 14,5% ao ano.

Nas contas de Mendes, o impacto em 2026 das medidas expansionistas, que aumentam despesas ou reduzem receitas, é de

R\$ 215 bilhões, ou 1,6% do **PIB**, um valor significativo. Já as iniciativas que elevam a receita totalizam R\$ 109 bilhões, ou cerca de 0,8% do **PIB**. "Como tipicamente ocorre nos regimes de "spend and tax" [gastar e tributar], a expansão fiscal acaba sendo mais intensa que as receitas obtidas para fechar a conta", escreve ele. Isso ocorre porque há mais resistência da sociedade a aumento de **tributos** do que de gastos ou porque a carga tributária já é alta e há pouco espaço para novas elevações, diz Mendes.

As medidas podem ser divididas em três grandes grupos, segundo ele. Há as iniciativas de caráter financeiro, que envolvem recursos orçamentários, mas não tem impacto sobre as contas primárias do Tesouro (que excluem gastos com juros). Nesse grupo "estão tipicamente as linhas de crédito subsidiado, cujo funding provém de recursos do orçamento". Aí estão incluídos, por exemplo, os financiamentos para a compra de caminhões (R\$ 20,5 bilhões nas duas fases) e para a aquisição de veículos por taxistas e motoristas de aplicativos (R\$ 30 bilhões).

Já as iniciativas extraorçamentárias se referem ao

patrimônio e a recursos públicos que estão fora do orçamento. Nesse grupo, "há diversos casos cujo ponto em comum está em não impactarem o teto de gastos, pois todas as medidas lidam com fundos que não passam pelo orçamento público", diz Mendes, que cita o crédito para o programa Indústria 4.0, contando com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no valor de

R\$ 7 bilhões, além dos R\$ 3 bilhões para bens de capital verdes, com dinheiro do FAT e do Fundo Clima.

Há, por fim, as medidas que estão no orçamento e aparecem explicitamente nos demonstrativos de resultado primário, aponta Mendes, chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda de 2016 a 2018. "Por piorarem o resultado primário, seja pelo lado da despesa ou da redução de receita primária, todas essas medidas afetam diretamente a dívida pública: qualquer aumento ou redução do déficit público primário tem impacto sobre a dívida", observa ele, ressaltando que nem todas impactam o teto de gastos do arcabouço. "Medidas de despesa implementadas por meio de crédito extraordinário ao orçamento não contam para o teto."

Para Mendes, as medidas são desenhadas para "driblar o teto de gastos e a meta de resultado primário fixados pelo novo arcabouço fiscal". Como evidências disso, ele resalta que "61% dos valores das iniciativas expansionistas são financeiras ou extraorçamentárias", que não afetam nem o limite de despesas nem o resultado primário e que "apenas 4% do valor total das medidas expansionistas impactam o teto de gastos".

Apesar disso, "a dívida pública - que constitui o real termômetro da saúde fiscal - é afetada, direta ou indiretamente, por 100% do montante de recursos movimentados pelas medidas expansionistas e de aumento de receita", diz Mendes. "Ou seja, o contorcionismo no desenho das medidas não evita a deterioração fiscal que elas provocam."

Ao tratar das medidas de aumento de receita, Mendes diz que o governo recorre "a medidas de aumento de arrecadação, caracterizando um regime fiscal de "spend and tax": realizam-se muitas ações expansionistas e, para fechar a conta, buscam-se receitas adicionais. Mendes nota que houve grande esforço de receita em 2025 e no começo de 2026.

Uma das medidas tomadas no ano passado foi a elevação do Imposto de Renda para pessoas de alta renda e a tributação de dividendos, para compensar a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil e o desconto para quem recebe até R\$ 7.350. Até o momento, porém, "a expectativa de arrecadação está sendo frustrada, o que acaba fazendo com que a soma das duas medidas gere déficit e aumente a dívida pública, avalia Mendes.

Ele enfatiza ainda que boa parte das iniciativas para elevar a arrecadação ocorre em prejuízo da qualidade do sistema fiscal e, com isso, da eficiência da economia. "Recorre-se a **tributos** regulatórios para aumentar receita, o que distorce incentivos, aumenta a insegurança jurídica, encarece o investimento e prejudica a produtividade", resume Mendes, citando como exemplos a tributação da exportação de petróleo e do Imposto de Importação sobre bens de capital, informática e telecomunicações, entre outros. "Somados, temos R\$ 68 bilhões em 2026. Eles representam 63% do valor total das medidas de aumento de receita", avalia Mendes.

Com uma penca de medidas fiscais expansionistas que estimulam a atividade, de um lado, e aumentos de receita que contribuem para mais distorções na economia, de outro, o governo dificulta a queda dos juros e colabora para piorar a já baixa produtividade do país.

# Pela 1ª vez, ONS corta geração por excesso de oferta de energia

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pela primeira vez, o acionamento de plano emergencial, para garantir a segurança do sistema elétrico nacional em função da expectativa de um menor consumo de energia elétrica devido ao final de semana prolongado com o feriado de Corpus Christi. Em nota, o ONS afirmou que o acionamento do plano de gestão de excedentes para a operação foi realizado com "sucesso".

O plano de gestão de excedente prevê que as distribuidoras de energia cortem a geração de energia de pequenas usinas para atender aos comandos do ONS durante momentos de excedente de geração no país. A medida envolve as chamadas usinas Tipo III, que são pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), usinas a biomassa, além de eólicas e solares de menor porte que ficam sob responsabilidade de gestão das empresas.

O acionamento do plano foi informado pelo ONS no sábado (6). A medida foi indicada para poder equilibrar a alta geração de micro e minigeração distribuída, combinada a uma carga menor por conta do final de semana prolongado.

Ao todo, foi solicitado o gerenciamento de 1.000 megawatts (MW) entre 10h e 14h, quantidade de energia suficiente para abastecer, em média, cerca de 2 a 4 milhões de pessoas, dependendo do consumo da região.

"Os distribuidores foram avisados no sábado e seguiram com as manobras necessárias para manter o equilíbrio do Sistema Interligado Nacional (SIN). Adicionalmente, o ONS implementou medidas operativas complementares para redução da geração no SIN", disse o ONS em nota.

O Operador informou ainda que, em tempo real, manteve os agentes atualizados e coordenou as ações no sistema elétrico, realizando a gestão dos recursos disponíveis de acordo com a demanda da sociedade, em comunicação direta com os agentes do setor.

"O Operador segue também atento à nova realidade eletroenergética e trabalhando para garantir a segurança e a eficiência do sistema, de acordo com os procedimentos de rede vigentes."

O mecanismo plano emergencial foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2025, em meio aos desafios **impostos** para operação do sistema elétrico devido à expansão da geração distribuída, especialmente por meio de painéis solares instalados em telhados.

Em agosto do ano passado, no Dia dos Pais, a geração distribuída chegou a atender a 37,6% de toda a demanda nacional, o que deixou o operador com margem mínima de segurança para a operação do sistema. Para equilibrar a rede e evitar problemas, o ONS precisou reduzir fortemente a geração de hidrelétricas e termelétricas e cortar 98,5% da produção de grandes usinas eólicas e solares.

Pelas regras dispostas pela agência reguladora, as distribuidoras que participaram da atuação preventiva foram: CPFL Paulista, Cemig, Energisa Mato Grosso, Copel, Elektro, Equatorial Goiás, Energisa Mato Grosso do Sul, Coelba, RGE, RDP Espírito Santo e Neoenergia Pernambuco. O grupo foi selecionado pois, juntas, elas respondem por 80% da capacidade instalada das usinas Tipo III.

Neoenergia, Copel e EDP informaram que cumpriram integralmente a determinação do ONS.

As demais empresas envolvidas foram procuradas pela reportagem, mas informaram que o posicionamento seria feito pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Em nota, a Abradee afirmou que as distribuidoras executaram os cortes de acordo com o estabelecido. "Após avaliação técnica da execução do plano, a Abradee informará os principais impactos e resultados do acionamento do plano emergencial", afirma a nota.

# Lógica mafiosa das guerras tarifárias de Trump

*(Tradução de Mário Zamarian)*

Trump transmite uma mensagem inequívoca: os EUA já não aderem aos princípios do livre mercado. Em vez disso, mostram-se cada vez mais dispostos a usar seu poder econômico para extrair recursos de países mais fracos, mantendo a ameaça constante de tarifas

Em seu segundo mandato, o presidente Donald Trump transformou a extorsão e a coerção em elementos centrais da atuação dos Estados Unidos no cenário internacional, recorrendo a tarifas, sanções e outras formas de pressão econômica contra adversários e aliados indistintamente. A cada dia que passa, tornam-se mais evidentes os danos causados por essa abordagem de inspiração mafiosa, tanto para a economia americana quanto para a economia mundial.

Pouco depois de voltar à Casa Branca, Trump deixou claro que via as tarifas como armas, e não como instrumentos de política comercial. Em abril de 2025, ele anunciou suas tarifas do "Dia da Libertação", impondo pesadas sobretaxas específicas a produtos importados de determinados países. O objetivo declarado era reduzir o déficit comercial dos EUA, embora as alíquotas tivessem pouca relação com a realidade econômica. Em vez disso, elas foram concebidas para arrancar concessões: os países dispostos a reduzir suas próprias barreiras comerciais, prometia o governo, seriam compensados com tarifas americanas mais baixas.

Na prática, porém, essas medidas criaram enorme incerteza, prejudicando exportadores e importadores. O comportamento errático de Trump agravou o problema, já que as tarifas alfandegárias eram repetidamente anunciadas, suspensas, restabelecidas e aumentadas com pouco aviso prévio e sem nenhuma justificativa coerente.

A confusão aumentou à medida que os tribunais começaram a reagir. Em fevereiro, a Suprema Corte dos EUA decidiu que Trump havia excedido a autoridade tarifária conferida pela Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977. No início de maio, o Tribunal de Comércio Internacional seguiu a mesma linha, anulando uma tentativa de impor uma tarifa geral de 10% sobre as importações provenientes de praticamente todos os países, com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974.

Previsivelmente, o governo Trump recorreu da decisão e declarou que buscará outras formas de manter as tarifas em vigor. Ele já lançou procedimentos contra 16 países acusados de adotar práticas comerciais desleais. Mas, com a Suprema Corte demonstrando um crescente ceticismo em relação às tentativas de Trump de governar por decreto, ele poderá ter dificuldades para impor o amplo regime tarifário que há muito tempo ambiciona.

Ainda assim, Trump conseguiu transformar as tarifas em uma espécie de extorsão, usando as negociações comerciais para pressionar parceiros econômicos - entre eles Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Arábia Saudita e a União Europeia - a despejar somas gigantescas na economia americana.

Os acordos com Japão e Coreia do Sul ilustram a natureza da diplomacia tarifária de Trump. Seu governo mirou os dois países ao impor uma tarifa de 25% sobre suas exportações de automóveis - um pilar de suas economias. Posteriormente, a tarifa japonesa foi elevada para 27,5% e então reduzida para 15% depois que o Japão concordou em importar mais produtos agrícolas americanos, incluindo arroz, e se comprometer a investir US\$ 550 bilhões para "reconstruir e expandir setores centrais da indústria americana" como os de semicondutores, produtos farmacêuticos e construção naval.

Como um mafioso experiente, Trump procurou colocar um país contra o outro, usando o acordo com o Japão para pressionar a Coreia do Sul a investir US\$ 350 bilhões nos EUA em troca da redução da sua tarifa para 15%. Dada a dependência sul-coreana do guarda-chuva de segurança americana, seu parlamento relutantemente aprovou uma legislação criando um fundo para financiar esses investimentos. Ainda assim, não bastou: em janeiro, Trump elevou as tarifas sobre os produtos da Coreia do Sul para 25%, depois de acusar o país de não cumprir seus compromissos.

A relutância da Coreia do Sul não foi nenhuma surpresa. Sob o acordo, os EUA controlariam efetivamente a alocação dos fundos sul-coreanos, com o secretário do Comércio, Howard Lutnick, liderando um comitê de investimentos que selecionaria projetos e os apresentaria a Trump para aprovação.

Tampouco os investimentos em si fazem muito sentido do ponto de vista econômico. Se fossem realmente lucrativos, empresas privadas os realizariam por conta própria. Em vez disso, muitos dos setores visados são justamente aqueles em que os custos de produção nos EUA estão muito acima dos de seus concorrentes estrangeiros. A construção naval, um setor no qual a Coreia do Sul é líder mundial, é um exemplo emblemático.

É verdade que a rentabilidade depende de muito mais do que a eficiência produtiva. **Impostos**, subsídios e outras políticas governamentais também desempenham papel importante. Mas, quando o capital estrangeiro é direcionado para empresas favorecidas politicamente, a fronteira entre a livre iniciativa e o favorecimento industrial patrocinado pelo Estado praticamente desaparece.

A extorsão não para por aí. Depois que o principal e os juros fossem quitados, 90% dos lucros remanescentes passariam a ficar com os EUA, embora o país não tivesse contribuído com nenhum dos recursos investidos inicialmente.

Também permanecem sem respostas questões fundamentais como a maneira que esses acordos serão fiscalizados. Quanto dinheiro público acabará sendo canalizado para empresas privadas? Os projetos serão submetidos a alguma análise séria de custo-benefício?

Por qualquer definição razoável, esses arranjos se parecem menos com acordos de investimento do que com pagamentos de **tributos** - ou, pior ainda, com favorecimento político e distribuição de benefícios a grupos privilegiados. Além disso, está longe de ser claro que a Coreia do Sul, ou qualquer outro país, consiga absorver compromissos dessa magnitude sem sofrer danos econômicos sérios.

A ironia é difícil de ignorar. Trump justificou suas tarifas como uma forma de reduzir os déficits comerciais e em conta corrente dos EUA. No entanto, se esses enormes fluxos de investimento realmente se concretizarem, é provável que fortaleçam o dólar, aumentem as importações líquidas e ampliem justamente os déficits comerciais que seu regime tarifário supostamente pretendia combater.

Pior ainda, a abordagem de Trump transmite uma mensagem inequívoca às empresas americanas e aos governos estrangeiros: os EUA já não aderem aos princípios do livre mercado. Em vez disso, mostram-se cada vez mais dispostos a usar seu poder econômico para extrair recursos de países mais fracos, mantendo sobre eles a ameaça constante de tarifas.

Quando o favorecimento político substitui a concorrência de mercado como princípio organizador do comércio internacional, as distorções resultantes inevitavelmente se propagam pela economia mundial, produzindo efeitos que vão muito além dos países diretamente envolvidos.

Anne O. Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-primeira vice-diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional, é professora sênior de pesquisa em Economia Internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins. Copyright: Project Syndicate. [www.project-syndicate.org](http://www.project-syndicate.org)

# Petróleo valorizado e clima vão encarecer preços dos alimentos

## MÁRCIA DE CHIARA

O encarecimento previsto para a comida que o brasileiro prepara dentro de casa é resultado da alta do petróleo. A commodity afeta os preços dos alimentos por dois caminhos.

Um deles é que a cotação do petróleo pressiona os preços do diesel e amplia os gastos com transporte dos produtos e também com a movimentação das máquinas no campo usadas nas safras.

Segundo o economista sênior da consultoria 4intelligence, Fabio Romão, outra fonte de pressão vem dos fertilizantes derivados de petróleo ou gás natural, que pesam no custo de produção dos produtos agrícolas.

Se for confirmado um super-El Niño, com excesso de chuvas ou secas, poderá haver mais pressão nos preços de alimentos. "O momento mais complicado por conta dos efeitos do El Niño é o trimestre que começa em novembro e termina em janeiro do ano que vem e, é claro, pode contaminar (os preços de alimentos) de 2027", prevê o economista.

Outra mudança importante que houve nas projeções por causa da guerra aparece nos preços administrados pelo governo. E é nesse grupo que estão os combustíveis.

Segundo Romão, a aposta inicial era que os preços administrados poderiam segurar um pouco o IPCA deste ano. Antes do início do conflito, a consultoria projetava alta de 3,5% para os preços administrados em 2026, mas agora a perspectiva é de um aumento de 5%.

Marcela Kawauti, economista-chefe da Lifetime Gestora de Recursos, observa que uma alta de preços administrados chega rápido no dia a dia das pessoas quando, por exemplo, elas vão abastecer o carro. E ainda esses aumentos são repassados para os custos e os preços de outros produtos e serviços, sobretudo no momento atual com a economia muito aquecida. "Com o mercado de trabalho forte e os salários crescendo, a possibilidade de repasse aumenta", diz a economista. Ela projetava que a **inflação** deste ano seria de cerca de 4% antes da guerra e agora espera 5,07%.

SERVIÇOS. Dados do IPCA-15 - a prévia da **inflação** - acumulados em 12 meses até maio mostram que já existe o repasse da pressão inflacionária para além do grupos de preços impactados diretamente pelo choque de commodities.

O movimento é nítido em dois grupos de preços. Um deles é a alimentação no domicílio, que acumulava alta de 0,82% em 12 meses até abril, e atingiu 2,26% em maio, segundo o IPCA-15. Esse foi o estopim de um movimento de revisões das projeções de **inflação** para este ano.

O outro grupo é dos serviços, que voltaram a subir. Em 12 meses até maio, eles acumulam alta de 6,16%, de acordo com o IPCA-15. Em março estavam em 5,97%, mas tinham desacelerado para 5,80% em abril, na mesma base de comparação.

Para a economista-chefe do banco Inter, Rafaela Vitoria, que elevou de 4,9% para 5,1% a projeção de **inflação** para este ano, o que provocou impulso na **inflação** de serviços foi a reaceleração dos gastos do governo.

Ela destaca que houve um acúmulo de estímulos de crédito e de transferências de renda, como o desconto do Imposto de Renda, o aumento do salário mínimo, a redução da fila do **INSS**, a antecipação de precatórios e, mais recentemente, o programa de crédito para motoristas. Esses estímulos deixaram a demanda mais aquecida, o que facilita o repasse dos aumentos de custos para os preços.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Com cenário incerto, analistas começam a rever projeções de redução dos juros

**ALVARO GRIBEL**

A piora do cenário para a **inflação** brasileira tem levado o mercado financeiro a reduzir as projeções de cortes de juros pelo Banco Central este ano. Enquanto bancos e consultorias vêm diminuindo as apostas de reduções da Selic, no mercado futuro têm crescido as negociações de contratos que preveem até a manutenção dos juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em 16 e 17 de junho.

Esse cenário colocará sob pressão o Banco Central comandado por Gabriel Galípolo, indicado para o cargo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De um lado, o governo federal deseja que a Selic caia para estimular o crescimento e o otimismo econômico a poucos meses das eleições presidenciais. De outro, o mercado financeiro entende que a credibilidade do BC estará novamente em teste.

"O Banco Central vai ter de lutar contra o Executivo. Não vai ser simples", afirmou o economista José Márcio Camargo, da Genial Investimentos. "Nossa projeção passou a ser apenas mais um corte, com a Selic caindo de 14,5% para 14,25% (até o final do ano). Mas nossa avaliação é de que deveria parar agora", explicou.

BTG Pactual e Bank of America também revisaram cenários prevendo apenas mais um corte. Já a XP Investimentos e a G5 Partners apostam em apenas mais dois.

Na terça-feira da semana passada, o BTG emitiu relatório para defender a manutenção da Selic, mas afirmou que o BC deve promover o corte de 0,25 ponto porcentual, em função do que já foi sinalizado. "Nossa avaliação é de que a decisão mais adequada seria pausar já em junho (o corte na Selic), até haver maior clareza sobre a materialização desses riscos", disse o banco.

O Bank of America revisou cenário na sexta-feira passada apostando em apenas mais uma redução da Selic. O banco, que previa a taxa terminar 2026 em 13,25%, agora acredita que ela ficará em 14,25%. "A mudança reflete uma combinação de deterioração nas dinâmicas atuais de **inflação**, aumento das expectativas de **inflação** e um real mais fraco", afirmou o chefe de economia para Brasil e de

estratégia para América Latina do Bank of America, David Beker.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, culpa a política fiscal do governo. Por ora, ele mantém a Selic em 13,5% no final do ano, mas reconhece que a projeção está sob revisão e pode subir para 14%. "Parte importante do que está acontecendo é culpa do governo com política fiscal expansionista. Não tivéssemos nessa situação, poderíamos acomodar melhor o choque de combustíveis e El Niño."

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Executivos aposentados ajudam a treinar líderes das novas gerações

**JAYANNE RODRIGUES**

Quando desembarcou em São Paulo, em 1976, o português naturalizado francês Firmin Antonio, hoje com 80 anos, tinha uma missão: implantar no Brasil o Ticket Restaurante, empresa do setor de benefícios. Cinquenta anos depois, ele continua ligado à empresa que ajudou a construir, agora em uma função diferente. Após deixar a operação executiva, migrou para a atuação como conselheiro executivo da Ticket, onde opera desde 2008.

"Quando estamos na operação, muitas vezes estamos tão focados nos desafios do dia a dia que não conseguimos enxergar o horizonte", afirma. "Ao assumir uma posição de conselheiro, contribuo de outra forma. Não estou envolvido na execução cotidiana, mas posso ajudar trazendo perspectiva, memória institucional e uma visão de longo prazo."

A trajetória de Firmin faz parte de um modelo que vem sendo consolidado nas organizações nos últimos anos: a atração de profissionais aposentados em posições consultivas para perpetuar o conhecimento de profissionais seniores e fortalecer a formação de novas lideranças.

Levantamento da Robert Half, obtido com exclusividade pelo Estadão, realizado com cem executivos brasileiros, mostra que 32% das empresas consideram recorrer a ex-líderes para garantir a transferência de conhecimento de profissionais das gerações baby boomer e X.

A preocupação das empresas não é por acaso. Boa parte dos executivos que se aproximam da aposentadoria encarará **inflação** elevada, transformações econômicas e mudanças nos modelos de gestão. Ao mesmo tempo, as organizações precisam preparar millennials e profissionais da geração Z para assumir posições estratégicas, contextualiza Ana Guimarães, diretora de recrutamento

executivo da Robert Half.

"Houve uma mudança na forma como as empresas encaram o capital intelectual; isso virou uma oportunidade", afirma.

No caso de Firmin, a contribuição é focada no compartilhamento de contexto histórico e pela reflexão sobre os rumos do negócio. Um dos temas aos quais dedica mais atenção é a defesa e a evolução do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), política pública cuja implementação acompanhou desde os primeiros anos.

"Modernizar é importante. Preservar a essência é indispensável", diz. "O PAT nasceu para garantir alimentação ao trabalhador brasileiro e continua sendo uma das políticas públicas mais bem-sucedidas do País."

Segundo Ana Carla Guimarães, o conhecimento dos executivos sempre foi valorizado; o que muda é como as empresas estão aproveitando o intelecto. "É um modelo inovador para aproveitar a transferência de conhecimento", diz.

**NOVOS LÍDERES.** Além de preservar a experiência dos profissionais mais seniores, as empresas estão investindo com mais gás no desenvolvimento da nova geração de líderes. De acordo com dados da pesquisa, as estratégias mais adotadas incluem programas de liderança orientados por propósito (48%), oportunidades de aprendizado prático (48%) e iniciativas que integram saúde mental e bem-estar aos treinamentos gerenciais (45%).

O esforço é reflexo de uma das demandas que as organizações tentam preencher com a formação de líderes. Embora o desenvolvimento de lideranças esteja no radar corporativo, empresas ainda enfrentam dificuldades para preparar profissionais para assumir posições estratégicas.

Uma pesquisa desenvolvida pela Korn Ferry, consultoria global de gestão organizacional, revelou que 67% dos entrevistados dizem que os atuais líderes não estão preparados para o futuro. A lacuna também esbarra no desinteresse de jovens que não almejam cargos de chefia. Com isso, estimular a nova geração a querer ocupar essas cadeiras e herdar as habilidades dos executivos seniores se tornou uma urgência nas organizações.

"Do lado dos jovens, as empresas querem os aspectos disruptivos e a inovação. Dos executivos aposentados, querem manter os traços de disciplina e hierarquia",

estima Ana Guimarães.

Para Firmin, a continuidade desse legado depende do casamento entre experiência e renovação. "Depois de mais de 50 anos acompanhando essa história, continuo acreditando que o maior legado que podemos deixar é manter o foco no trabalhador e no impacto social e econômico", afirma.

Nesse cenário, as empresas buscam equilibrar a preservação da experiência acumulada com a necessidade de desenvolver competências alinhadas ao futuro, aponta a pesquisa. Agora, a sucessão exige processos mais estruturados e a colaboração intergeracional entra no jogo corporativo como vantagem competitiva. "O desafio é tentar equilibrar uma agenda focada em atrair e engajar as próximas gerações com a transferência de conhecimento dos executivos", afirma Ana Guimarães.

Em nota, a Edenred Brasil, grupo que administra a Ticket, afirmou que manter profissionais com muitos anos de casa em funções de aconselhamento "é uma forma de preservar conhecimento estratégico e garantir continuidade".

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Renda fixa vive "janela rara" de ganho com Selic a 14,5% e inflação resistente

**BEATRIZ ROCHA**

Com a Selic em 14,5% ao ano, os títulos de dívida pública dos Estados Unidos (Treasuries) de 10 anos acima de 4,5% e **inflação** ainda resistente, a renda fixa voltou ao centro das carteiras. Mas, para o investidor de alta renda, a discussão já deixou de ser apenas proteção. O foco agora envolve transformar esse ambiente em uma estratégia eficiente de crescimento patrimonial sem assumir riscos desproporcionais.

Na avaliação de Régis Chinchila, analista de Research da Terra Investimentos, o momento atual oferece uma "janela rara de retorno real (rendimento descontado o efeito da **inflação**) elevado sem precisar assumir risco excessivo". Segundo ele, o núcleo das carteiras segue concentrado em pós-fixados de alta liquidez, como Tesouro Selic, Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado à Taxa DI (juros pagos por bancos quando fazem empréstimos entre si) e fundos conservadores, que continuam entregando "carrego elevado com baixa volatilidade".

Mas o diferencial estratégico, segundo os especialistas, está menos no simples aproveitamento do CDI e mais na construção gradual de posições capazes de capturar juros reais historicamente elevados.

Nesse contexto, os títulos atrelados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ganharam protagonismo. Chinchila destaca que os papéis IPCA+ voltaram a ficar "muito atrativos em termos de juro real", especialmente nos vértices mais longos. Além de funcionar como proteção contra **inflação** persistente em um cenário de deterioração fiscal do País, esses títulos carregam potencial de ganho adicional via marcação a mercado caso os juros cedam mais adiante.

"CENÁRIO RARO". A leitura é compartilhada por Gustavo Assis, CEO da Asset Bank. Segundo ele, o investidor de alta renda vive hoje um cenário raro, em que consegue combinar "proteção, liquidez e ganho real relevante dentro da própria renda fixa".

"Os títulos atrelados ao IPCA continuam oferecendo spreads (prêmio pago ao investidor além da **inflação**) altos, em alguns casos acima de IPCA + 8%, o que

representa um ganho real importante no longo prazo", afirma.

Marcus Macedo, CIO do Andbank, classifica as NTNBs (nome técnico dos títulos atrelados ao IPCA) atuais como uma forma relativamente segura de acelerar o crescimento patrimonial. "Uma NTN-B pagando acima de 8% de juro real chama bastante atenção. Como regra de bolso, um retorno real dessa magnitude praticamente dobra o poder de compra em cerca de dez anos", diz.

Ainda assim, os especialistas alertam que o momento exige mais sofisticação na montagem da carteira. A principal mensagem é que o investidor não deve transformar a busca por retornos maiores em uma aposta excessivamente direcional. "O principal erro do investidor sofisticado neste momento é montar uma carteira apostando excessivamente em queda rápida da Selic", afirma Chinchila.

Para ele, alongar o duration (prazo médio para recuperar o investimento realizado na compra) de maneira agressiva em prefixados de vencimento longo ou IPCA+ muito extensos pode gerar volatilidade relevante caso a curva de juros siga abrindo (alta das taxas/spreads) em meio às incertezas fiscais, eleitorais e externas.

Rodrigo Franchini, especialista de soluções financeiras da Monte Bravo, reforça que o maior risco hoje está no excesso de alocação e na perda de liquidez. Segundo ele, muitos investidores enxergam os prêmios elevados e acabam exagerando na exposição a prefixados e títulos longos de **inflação**.

Assis afirma que a discussão atual "não deveria ser CDI ou prefixado", mas equilíbrio entre duration, liquidez e proteção inflacionária. Na prática, a estratégia considerada mais eficiente hoje combina uma parcela relevante em pós-fixados, aproveitando o CDI elevado, com aumento gradual de exposição em prefixados intermediários e IPCA+ de duration moderada.

Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, segue a mesma linha. Para ele, ainda faz sentido manter boa parte da carteira em pós-fixados no curto prazo, mas o investidor já pode começar a ampliar duration "aos poucos", principalmente em IPCA+

intermediários. "O movimento mais racional hoje não parece ser uma migração agressiva para prefixados longos, mas uma transição gradual e seletiva", afirma.

**CRÉDITO.** No crédito privado, o consenso é de que o momento favorece seletividade e qualidade. Chinchila cita debêntures incentivadas, Certificados de Recebíveis Imobiliários com baixo risco de calote (CRIs high grade) e títulos de dívida emitidos no exterior (bonds bancários) como ativos ainda interessantes, embora os spreads tenham ficado mais apertados em emissores médios.

Com juros elevados, Fidcs estão ganhando espaço na alta renda

Os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidcs) também entraram nas carteiras de alta renda. Segundo Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos, esses veículos ganharam espaço porque conseguem capturar spreads elevados em um ambiente de juros altos muitas vezes contando com garantias, subordinação e diversificação de recebíveis. "Isso permite buscar retornos acima do CDI com risco controlado, desde que exista boa gestão e análise de crédito", afirma. Outro ponto central na estratégia atual envolve a influência dos juros americanos. Com os Treasuries acima de 4,5% ao ano, os especialistas avaliam que o investidor global voltou a encontrar retorno relevante em dólar com baixo risco soberano. Para Gustavo Assis, CEO da Asset Bank, os Treasuries em patamar elevado funcionam como um novo piso global de retorno. Rodrigo Franchini, da Monte Bravo, acrescenta que, diante desse cenário, o Brasil precisa manter juros lá em cima para preservar atratividade relativa frente aos ativos dos EUA. B.R.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>